Cuca, v.2, 18827, 2025

A INVISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Ademí Eduardo Santa Rosa 1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN

ORCID: https://orcid.org/0009-0000-4491-0063
ademi.rosa@escolar.ifrn.edu.br

Dra. Francinaide de Lima Silva Nascimento 2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9091-8055

francinaide.silva@escolar.ifrn.edu.br

Dra. Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti 3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4678-2779
natibarros1@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo deste estudo é compreender os indícios que levaram o trabalho feminino à invisibilidade social, apresentando correlatos entre as dificuldades da inserção das mulheres no mundo do trabalho e a ascensão do capitalismo no século XX. Serão explanados no decorrer do texto, alguns pontos como direitos femininos, divisão sexual do trabalho e reprodução do capital. A pesquisa se caracteriza como bibliográfica de natureza exploratória. Como aporte teórico, utilizou-se das seguintes referências: Karl Marx (1999), Heleieth Saffioti (1976), Silvia Federici (2017), Ana Silvia Scott (2012), Henri Lefebvre (1973), entre outros autores. No final, espera-se que este estudo contribua para uma compreensão mais ampla das relações de gênero no contexto do capitalismo contemporâneo, propondo reflexões sobre a necessidade de reestruturação das políticas laborais que reconheçam e valorizem o trabalho feminino.

Palavras-chave: Mulheres, Trabalho Feminino, Invisibilidade, Reprodução.

THE INVISIBILITY OF WOMEN'S LABOR IN THE CAPITALIST MODE OF PRODUCTION

ABSTRACT: The objective of this study is to understand the signs that led female work to social invisibility, presenting correlations between the difficulties of women's insertion in the world of work and the rise of capitalism in the 18th century. Some points such as female rights, sexual division of labor and reproduction of capital will be explained throughout the text. The research is characterized as bibliographical and exploratory in nature. As a theoretical contribution, the following references were used: Karl Marx (1999), Heleieth Saffioti (1976), Silvia Federici (2017), Ana Silvia Scott (2012), Henri Lefebvre (1973), among other authors. In the end, it is hoped that this study will contribute to a broader understanding of gender relations in the context of contemporary capitalism, proposing reflections on the need to restructure labor policies that recognize and value female work.

Keywords: Women, Women's Work, Invisibility, Reproduction.

Esta obra está licenciada sob
uma Licença *Creative Commons*

ISSN: 3085-6612

1 INTRODUÇÃO

> "[...] ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade". (Simone Beauvoir, 1967, p. 135).

Há tempos o mundo do trabalho foi considerado um espaço ocupado majoritariamente por homens. O poderio que em grande parte da sociedade pertencia à figura masculina favoreceu a construção de uma sociedade comumente misógina, patriarcal e machista, estabelecendo a partir desse entendimento, uma representatividade social, que ao longo dos séculos continua se materializando em todos os âmbitos da vida, inclusive, nos espaços de trabalho.

Diante dessa problemática, diversas questões foram discorridas sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho, entre algumas, a desvalorização da força produtiva feminina que por décadas esteve ligada a uma hegemonia tradicionalmente masculina, em que o homem era visto como único provedor capaz e apto ao trabalho, e a mulher, subordinada aos sinônimos de delicadeza e fragilidade, obedecia a um ideário de concepção normativo e exemplar. Com isso, uma invisibilidade acerca do trabalho feminino foi construída e logo mais, internalizada pelas sociedades. Neste contexto, questiona-se: O que levou o trabalho feminino à invisibilidade social? E qual perfil foi construído frente às representações masculinas nas diversas formas trabalho produtivo?

Pensar sobre ser mulher dentro de um mundo habitualmente masculino, tendo em vista as inúmeras interrogações permeadas neste estudo, incita a discutir sobre as representações do corpo feminino que se convencionou designar como sendo imperativo de seu sexo. Ser mulher é lidar com diversas linhas tênues, entre muitas: a subjetividade e a pluralidade, a inteligência e a obediência, a afetividade e o matriarcado. Ser mulher é garantir a fecundidade exigida e fundamentada em princípios de ordem moral, naturalizando assim sua vocação para a procriação. É extrapolar no excesso do corpo identificado que geralmente é polarizado por um olhar dicotômico: masculinidade e feminilidade.

Nessa perspectiva, ao atentar para o imperialismo do capitalismo a condição da mulher no âmbito do trabalho, é preciso afirmar que desde o século XVII, segundo Perrot (2007), as mulheres camponesas já integravam o circuito monetário por meio de atividades têxteis, ainda que essas fossem frequentemente associadas às tarefas de subsistência, como a preparação de refeições. Além disso, contribuíam com rendas suplementares decorrentes da inserção do campo no mercado alimentar e têxtil. Quanto à remuneração, as mulheres demonstraram, em diversos momentos, uma autonomia relativa frente à necessidade imposta pelos salários. Muitas

Esta obra está licenciada sob uma Licença *Creative Commons*

ISSN: 3085-6612

optavam por retornar ao lar ou nem sequer ingressar no mercado de trabalho quando seus maridos passavam a receber salários mais elevados. É inegável reconhecer o quanto esse acontecimento foi positivo para a vida das mulheres trabalhadoras, que em meio a tantas dificuldades se uniram e se mantiveram firmes no propósito de lutar por melhores condições de vida e de trabalho. Havia sempre uma tentativa de destruir as barreiras advindas da desigualdade social e de gênero. Para isso, muitos discursos feministas ganharam as ruas, muitos gritos foram ouvidos e bandeiras levantadas. Embora o direito à remuneração tenha sido garantido, atualmente ainda se mostra às claras a invisibilidade de discursos de ordens masculinizadas em todas as camadas sociais.

Mediante a representatividade das funções femininas atribuídas à divisão sexual do trabalho e à construção de um papel socialmente preestabelecido, as mulheres lidam constantemente com as dificuldades de se inserirem no espaço de trabalho, além de serem constantemente desafiadas a serem mais eficientes nas funções e menos improdutivas no processo. Como anteriormente foi citado, uma das questões que serão explanadas é a divisão sexual do trabalho dentro da perspectiva da divisão social do trabalho, além da descaracterização do trabalho feminino mediante a necessidade econômica no século XX.

Refletir sobre tais pontos nos permite historicizar como foi consolidada a imagem da mulher nas relações sociais e de trabalho no século XX, e que fatores fizeram com que essa mesma imagem se reconfigurasse na vida da mulher diante das mudanças e transformações no mundo do trabalho, que inclusive foram provenientes de outras mudanças e outras épocas. De um lado a (reprodutora do capital, sendo obrigada à procriação, do outro, a mercadoria comercializada pelo capital.

O objetivo deste estudo é compreender os indícios que levaram o trabalho feminino à invisibilidade social que desencadeiam na construção do papel da mulher frente às representações masculinas, e as transformações nas diversas formas de trabalho produtivo, apontando as dificuldades de inserção no espaço de trabalho, bem como as más condições decorrentes da ascensão do capitalismo no século XX.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Aceitar que o trabalho que as mulheres executam por séculos, tanto em suas casas, quanto no setor fabril, é decorrente do poder exercido pelo capitalismo, não torna as discussões teóricas a respeito do tema menos vazias ou infundadas. Pelo contrário, vários autores clássicos e contemporâneos deixaram suas marcas e contribuições a respeito da inserção da mulher no mundo do

Esta obra está licenciada sob
uma Licença *Creative Commons*

ISSN: 3085-6612

trabalho, além de refletirem sobre as condições sociais, econômicas, e sexuais que as levaram a figura feminina à exploração.

Karl Marx (1999), ao examinar o trabalho das mulheres nas fábricas no século XIX, evidencia através de inúmeras passagens o quanto sua participação foi negligenciada socialmente e posta, de formas degradantes a serviço do capital. 'Infortunadas mulheres, desempregadas devido à crise algodoeira, tornaram-se párias da sociedade e assim continuaram. [...] O número de jovens prostituídas cresceu mais do que durante os últimos 25 anos.' (Marx, 1988, p. 67).

Em sua obra, o autor faz referência à desvalorização física e moral das mulheres no trabalho agrícola, na Inglaterra, assim como eram postas sexualmente à vontade dos capitalistas e usadas como mercadoria.

Marx (2017, p .467) diz:

> Na Inglaterra, ocasionalmente ainda se utilizavam, em vez de cavalos, mulheres para puxar os barcos nos canais etc., portanto o trabalho exigido para a produção de cavalos e máquinas é uma quantidade matematicamente dada, ao passo que o exigido para a manutenção das mulheres da população excedente está abaixo de qualquer cálculo. Por essa razão, em nenhum lugar se encontra desperdício mais desavergonhado de força humana para ocupações miseráveis do que justamente na Inglaterra, o país das máquinas.

Ao refletir sobre a exploração desumana da força de trabalho, especialmente no contexto da Inglaterra industrial, Marx expõe a contradição de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que desenvolve tecnologias avançadas, perpetua condições de trabalho degradantes. O uso de mulheres como substitutas de cavalos ilustra a desvalorização da vida humana em favor da eficiência econômica, revelando uma desigualdade estrutural na qual o progresso técnico não é acompanhado por justiça social. Essa situação destaca a busca desenfreada do capitalismo por lucratividade ao transformar seres humanos em meras ferramentas de produção.

> [...]. Antes da proibição do trabalho de mulheres e crianças (menores de 10 anos) nas minas, o capital considerava o método de utilizar-se de mulheres e moças nuas, frequentemente unidas aos homens, em tão perfeito acordo com seu código moral, e sobretudo com seu livro-caixa, que somente depois de sua proibição ele recorreu à maquinaria. Os ianques inventaram máquinas britadeiras, mas os ingleses não a utilizam porque o "miserável" ("*wretch*" é a expressão que a economia inglesa emprega para o trabalhador agrícola) que executa esse trabalho recebe como pagamento uma parte tão ínfima de seu trabalho que a maquinaria encerraria a produção para o capitalista (Marx, 2017, p. 466 e 467).

Sem dúvidas, as problemáticas implicadas nas más condições no ambiente de trabalho e a intensificação da divisão sexual dentro desses espaços sugiram de uma nova configuração do trabalho. Antes, diante da manufatura em que se caracterizava como uma produção diversificada e

Esta obra está licenciada sob
uma Licença *Creative Commons*

ISSN: 3085-6612

descentralizada, os homens eram os donos/proprietários da sua força de trabalho, dos meios de produção e de suas mercadorias, até que se renderam a um novo sistema econômico e político que transforma tudo em mercadoria na busca de ampliar os lucros, aumentar a produtividade e acumular capital. E se prendem a novas relações de produção e consequentemente de trabalho, até então, estabelecidas pelo capitalismo no século XVI.

No período pós-guerra, exatamente em 1914, o fordismo/taylorismo nasceu como novo modelo produtivo, baseado no intenso controle da mão de obra, intrínseco ao processo produtivo e caracterizado pelo surgimento da maquinaria, no qual demandava a cronometragem do tempo e o uso de esteiras com o propósito de diminuir o tempo ocioso do trabalhador, intensificar o ritmo da produção e separar o trabalho em tarefas de execução e elaboração. Para Ricardo Antunes (2004, p. 335-351), o novo padrão produtivo:

> [...] estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição de tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades [...]. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do savoir-faire do trabalho, suprimindo a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atualidade do trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva.

Mediante tais mudanças, as mulheres, que antes viviam do trabalho doméstico, encontravam profundas dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, sendo em grande parte aproveitadas no modelo flexível em atividades repetitivas, e tendo seus postos de trabalho ameaçados pelas constantes reestruturações tecnológicas.

Sendo assim, Marx (1995) faz referência aos relatórios dos inspetores de fábrica, que em 1840, eram cobrados pelo governo inglês com o intuito de cumprir com o limite imposto de horas de trabalho para mulheres e crianças, além de expor as denúncias sobre os horrores aos quais mulheres e crianças eram submetidas em todas as etapas dentro das fábricas. Uma ilustração real das camadas estruturais da produção capitalista. O autor transcreve, “Eles nos informam sobre as costureiras mortas por excesso de trabalho e falta de ar e alimento.” (Marx, 1995, p. 198), sobre meninas que trabalhavam quatorze horas por dia sem alimentar-se, ou aquelas que se arrastavam seminuas nas minas para transportar carvão à superfície, sobre crianças que eram tiradas da cama à meia-noite “e obrigadas a trabalhar para ganhar um mísero sustento” (Marx, 1995, p. 188): “as crianças eram levadas ao matadouro” (Marx, 1995, p. 233) [onde] máquinas vampíricas consumiram suas forças, “enquanto existisse um músculo, um tendão, uma gota de sangue para sugar” (Marx, 1995, p. 241).

Esta obra está licenciada sob
uma Licença *Creative Commons*



ISSN: 3085-6612

O autor ainda esclarece que a mecanização da produção foi fundamental para a incorporação do trabalho de mulheres e crianças nas fábricas. Ele aponta que a inserção das mulheres nos postos de trabalho ocasionou um rebaixamento dos salários dos homens e que elas se enquadravam na massa de trabalhadores que desejavam vender a força de trabalho e que eram facilmente descartadas, caso fosse necessário. Neste sentido, surge a dicotomia entre as oportunidades de se tornarem assalariadas e as más condições de vida dentro e fora das fábricas. Ainda assim, se responsabilizavam pela gestão do trabalho doméstico. Contudo, a máquina não as livrou do trabalho dentro e fora da fábrica: "na fábrica, a máquina reproduz e até aprofunda a divisão tradicional dos sexos e a subordinação feminina" (Perrot, 2006, p. 31).

Em contraposição, é pela releitura da obra *O Capital* que Federici (2017) questiona a prioridade dada por Marx à classe interior do Marxismo, quando critica o ocultamento das atividades de reprodução e produção, e evidencia a narrativa de que os trabalhadores, por meio do capitalismo, se reproduzem consumindo os bens comprados com o salário. Cabe pontuar que o uso do conceito de "reprodução" aqui supracitado, serve para designar as atividades atribuídas às mulheres. Isso porque, o próprio Marx o havia usado para designar a "continuidade e persistência cíclicas da produção ao longo do tempo" (Benhabib; Cornell, 1987, p.3).

Nesse sentido, o movimento feminista sugere um alargamento do diagnóstico do capitalismo quando inclui as inúmeras formas de trabalho não remuneradas e quando questiona sobre qual seria a base material da opressão das mulheres no capitalismo. A teórica feminista Susan Ferguson (2019) aponta que as mulheres, por serem responsáveis pela produção da mercadoria especial chamada força de trabalho, ocupam "o centro de um dilema intratável" sob o capitalismo. Teóricas socialistas reforçam que a subordinação de gênero não decorre da suposta improdutividade do trabalho de reprodução, mas do fato de que ele é percebido como um serviço pessoal ou expressão de afeto, enquanto o capital se beneficia da sua condição de trabalho não remunerado (Federici, 2017).

Sem dúvidas, esses protagonizaram uma mudança emblemática. A mercadoria "força de trabalho", vista como um pilar do capitalismo, é produzida e reproduzida constantemente nas instâncias não econômicas, em que prevalecem as relações de parentesco e afeto, ou seja, no âmbito familiar. A reprodução é responsável pela formação dos indivíduos no regime capitalista, "sustentando-os como seres naturais corporificados, ao mesmo tempo que os constitui como seres sociais, formando seu habitus e o ethos cultural em que se movem" (Fraser, 2016, p. 101).

A forma como o trabalho é organizado pela sociedade tende a determinar as funções que precisam ser desempenhadas por cada sujeito, bem como elas influenciam na formação e

Esta obra está licenciada sob
uma Licença *Creative Commons*

ISSN: 3085-6612

transformação das identidades. Segundo Saffioti (1976), há uma relação de segregação que divide o trabalho por gênero. Socialmente, isso implica a concepção de como as mulheres podem ser vistas no mundo do trabalho e que espaços devem ocupar, além de impor normas de ação diversas à mulher e ao homem.

Para a autora, seja qual for a época e o lugar, a mulher sempre desempenhou um papel essencial, pois partia dela a responsabilidade de sustentar a sua família. Quando a família existia como unidade de produção e antes mesmo das Revoluções Agrícolas e Industrial, as mulheres se mantinham ativas no trabalho. Até aquelas que ocupavam a produção de bens e consumo nunca estiveram separadas do trabalho, de certo modo, contribuíam significativamente para a economia local. Por séculos, o papel da mulher esteve assentado na reprodução biológica como genitora, na maternidade como matriarca e no trabalho doméstico como servidora. Outro fator presente era a relação matrimonial, como enfatiza Saffioti (1976, p. 18):

> A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica... Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família.

Complementando esse pensamento, Scott (2012, p. 16) enfatiza:

> Na ordem patriarcal, a mulher deveria obedecer a pai e marido, passando da autoridade de um para a do outro através de um casamento monogâmico e indissolúvel. O domínio masculino era indiscutível. Os projetos individuais e as manifestações de desejos e sentimentos particulares tinham pouco ou nenhum espaço quando o que importava era o grupo familiar e, dentro dele, a vontade do seu chefe, ou patriarca, era soberana.

Nas palavras de Saffioti (1976), o casamento era considerado essencial para a realização pessoal e social da mulher. Essa estrutura, ao mesmo tempo que conferia à mulher uma posição social e certa estabilidade econômica, perpetuava sua dependência em relação ao homem, legitimando relações de submissão e trabalho não reconhecido. Em suma, a autora reflete a concepção tradicional da sociedade patriarcal. Scott (2012) por sua vez, complementa reforçando a ideia de que a ordem patriarcal estabelecia uma transição de autoridade do pai para o marido, condicionando a vida das mulheres ao controle masculino dentro de um casamento monogâmico e indissolúvel. Esse modelo restringia os desejos e ambições individuais das mulheres, priorizando a unidade e os interesses do grupo familiar sob a liderança soberana do patriarca. Essas análises evidenciam a dinâmica opressora que marcava as relações de gênero, fundamentando-se em normas sociais e culturais que garantiam a perpetuação do domínio masculino.

Esta obra está licenciada sob
uma Licença *Creative Commons*

ISSN: 3085-6612

Embora as mulheres tenham se dedicado ao casamento, aos afazeres domésticos, bem como à maternidade, isso não impossibilitou que elas alcançassem um espaço no mundo do trabalho. Em decorrência da Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII, a intensificação do processo de industrialização abriu caminhos para inserção rápida de muitos trabalhadores.

As mudanças no setor produtivo, que exigia a alta produção de mercadorias, encareceram a implantação de um novo regime de produção, o capitalismo, e as mulheres em meio às transformações tiveram que se adaptar às necessidades econômicas da época. Nesse sentido, Saffioti (1976, p. 66) complementa:

> O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, perifericamente situada no sistema de produção.

A inserção das mulheres no espaço do trabalho produtivo, nas indústrias, nas fábricas, representou uma mudança significativa na história. O trabalho que antes só poderia ser executado dentro dos seus lares adotou uma nova conjuntura social e possibilitou que as mulheres, em passos lentos, pudessem exercer outras atividades profissionais reconhecidas e validadas, ocupando, em alguns casos, posições exclusivamente masculinas (Teixeira, 2009).

No entanto, persistia a desconstrução da igualdade de condições caracterizada pela dupla jornada de trabalho, baixa remuneração e pelas más condições de trabalho concentradas nas atividades informais e precarizadas. Tudo isso simbolizava o aproveitamento abusivo da força de trabalho em detrimento da necessidade da subsistência.

Diante da intensa dupla jornada e da necessidade de equilibrar as atribuições profissionais com as responsabilidades pessoais e familiares, as mulheres passaram a exigir mais e mais de suas capacidades físicas e intelectuais. Nota-se que essa realidade não se distancia do atual contexto.

> Com a passagem do regime de colonato para o assalariamento, as mulheres ganharam ainda a dupla jornada de trabalho. No espaço da casa, as mulheres continuaram arcando com todo o trabalho doméstico, realizado durante uma jornada extensa e intensíssima. Suas vidas, especialmente se mães, resumem-se ao trabalho. Levantam-se, em geral, às 4h da manhã, preparam a comida para elas e os demais membros da família que trabalham fora e para os que ficam na casa. Às 6h, "pegam" o caminhão ou ônibus para uma jornada de trabalho de nove a dez horas, inclusive aos sábados. Ao chegarem à casa, por volta das 18h ou 19h, ainda vão preparar o jantar, lavar roupa, limpar a casa e cuidar dos filhos, podendo receber ajuda de outras mulheres, pois a participação masculina no trabalho doméstico é muito rara. Nunca dormem mais de seis horas por dia. Aos domingos, dedicam-se às tarefas domésticas. Raramente, sobra-lhes tempo para o lazer (Del Priori, 2004, p. 472).

Esta obra está licenciada sob
uma Licença *Creative Commons*



ISSN: 3085-6612

Conforme Del Priori (2004) descreve, a rotina das mulheres trabalhadoras era de labor doméstico aparentemente interminável e invisível. Ninguém percebia a execução da tarefa até ela fosse finalizada. Além disso, essa forma de trabalho caracterizava-se por uma rotina cansativa, exaustiva, improdutiva e repetitiva, fazendo com que as mulheres trabalhadoras se sentissem escravas dentro do seu próprio lar (Silva *et al*., 2017).

A questão da desvalorização do trabalho feminino levanta sérias discussões a respeito da criminalização do controle das mulheres sobre a reprodução e procriação. Tal fenômeno foi uma das consequências da organização capitalista do trabalho no século XVII. Nesta perspectiva, Federici (2017, p. 182) ressalta:

> Ao negar as mulheres o controle sobre os seus corpos, o Estado privou-a da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, degradando a maternidade à condição de trabalho forçado, além de confinar as mulheres a atividade reprodutiva de um modo desconhecido por sociedades anteriores. Entretanto, forçar as mulheres a procriarem contra a sua vontade é uma definição parcial das funções das mulheres na nova divisão do trabalho.

Observa-se que a autora questiona a opressão e o controle que são exercidos sobre os corpos das mulheres em função do trabalho de reproduzir a força de trabalho, e conceitua esse fenômeno como acumulação primitiva. Embora os indícios tenham sido formulados por meio de análise contextual permeada no séc. XVIII, cabe salientar que a definição criada por Federici (2017), também se aplica ao séc. XX.

É óbvio que a presença das mulheres nos espaços de trabalho desencadeou importantes representações históricas. As habilidades consideradas delicadas em meio ao acúmulo de tarefas, aprimoraram ainda mais as suas capacidades físicas e intelectuais. Embora elas tivessem a responsabilidade plena de prover a subsistência familiar, isso não as impossibilitou de alcançar espaços no mercado de trabalho formalizados e regularizados.

O processo de formação da sociedade capitalista traz consigo algumas indagações que surgem da necessidade de analisar a forma como se dá a produção e a reprodução dos meios de produção. Por isso, cabe, neste contexto, o entendimento sobre em que consistem os meios produtivos e em forças produtivas. De certo modo, “os trabalhadores têm que reproduzir-se: ter filhos, alimentá-los, educá-los, torná-los capazes, por sua vez, de trabalhar, podendo assim um crescimento demográfico acompanhar o das forças produtivas” (Lefebvre, 1973, p. 49).

Com a Revolução Industrial na metade do século XVIII, o advento das máquinas alterou radicalmente as relações sociais dentro do trabalho e implicou a intensificação simplificada da

Esta obra está licenciada sob
uma Licença *Creative Commons*

ISSN: 3085-6612

produção. Os trabalhadores foram expropriados do conhecimento, se tornando ativos no processo produtivo, e com a divisão do trabalho nas indústrias, passaram a executar tarefas mais simples, executando apenas uma etapa da produção.

Para o modo de produção capitalista, o surgimento das máquinas foi fundamental na exploração da mão de obra feminina. As mulheres foram obrigadas a trabalhar nas fábricas, pois os salários pagos aos chefes de família – esposos – não garantiam mais a subsistência familiar. As mulheres, diferentemente dos homens, eram condenadas a uma dupla jornada: cumprir com as suas funções de reprodutoras no âmbito doméstico e, ao mesmo tempo, atuar como operárias nas fábricas, tudo em razão das necessidades impostas pela subsistência.

No entanto, o capitalismo, por sua vez, não criou a inferiorização social feminina, mas se aproveitou do aumento considerável de mulheres no trabalho para acirrar disputas entre sexos, intensificando mais ainda a desigualdade de gênero no espaço laboral . Para Saffioti (1976, p. 38):

> O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então.

Em concordância com a autora, Gonçalves (2011, p. 127) argumenta: “O que fragmenta a classe trabalhadora é o sistema capitalista ao inverter a ordem do problema. O capitalismo não é, nunca foi e dificilmente será cego ao sexo ou à raça/etnia”. Portanto, é partindo dessa premissa que Saffioti (1976) enfatiza que o desenvolvimento capitalista não significa melhor condição social para as mulheres. Pelo contrário, intensificou-se a exploração da produtividade feminina, tendo em vista o acúmulo de mais-valia absoluta.

A respeito da divisão sexual do trabalho na qual se denota como uma das forças que formaram um sistema tradicionalmente sexista, preexistente às relações sociais do sexo, é considerável argumentar que ela é categorizada como uma prática social conservadora que leva a subordinação de gênero para todas as esferas sociais. Isso se manifesta na assimetria das relações de trabalho que cria uma divisão de tarefas que distingue os papéis masculinos e femininos segundo os critérios de qualificação, valor do salário e disciplina do trabalho.

Esta obra está licenciada sob
uma Licença *Creative Commons*

ISSN: 3085-6612

A divisão sexual do trabalho ao distribuir as tarefas de acordo com o sexo expressa um grau de hierarquização e superioridade nas funções masculinas sobre as femininas. Essa estrutura reforça as diferenciações nas relações de poder. Conforme Hirata (2002, p. 280): "A divisão sexual do trabalho baseia-se na ideia de uma relação antagônica entre homens e mulheres. [Ela] é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/ dominação está fortemente contida".

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Para conduzir o estudo, foi empregada como metodologia a pesquisa bibliográfica do tipo exploratória. No intuito de obter mais informações e conhecimento acerca do que está investigando, o pesquisador deve assumir hábitos que o levem a estar em constante aprendizado. Observar, selecionar, organizar e refletir sobre a realidade são competências oriundas do ato de pesquisar.

Para Gil (2002, p. 17), "A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema". Fonseca (2002, p. 32) diz que a pesquisa bibliográfica se realiza:

> [...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

A pesquisa bibliográfica é baseada em teorias já publicadas. Por isso, o pesquisador deve possuir domínio de leitura para apreender o conhecimento desejável e sistematizar todo o material que será analisado. O propósito é aprofundar-se no que foi apropriado e publicado por outros autores, e dessa apreensão, produzir novos conhecimentos. Nessa perspectiva, Lakatos e Marconi (2003, p. 183) ratificam: "a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras".

No início do processo de investigação da pesquisa, a falta de informações que possibilite a construção de conceitos e hipóteses iniciais surge como um problema a ser definido, e para isso recorre-se à pesquisa do tipo exploratória. Dela se constitui a possibilidade de se aprofundar nos

Esta obra está licenciada sob
uma Licença *Creative Commons*

ISSN: 3085-6612

estudos mais completos, e de preencher as lacunas que costumeiramente aparecem no decorrer da investigação. Os autores, Piovesan e Temporini (1995, p. 321) a definem como:

> [...] o estudo preliminar realizado com a finalidade de melhor adequar o instrumento de medida à realidade que se pretende conhecer. Em outras palavras, a pesquisa exploratória, ou estudo exploratório, tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere. Pressupõe-se que o comportamento humano é melhor compreendido no contexto social onde ocorre.

Para auxiliar na compreensão, recorreu-se a uma série de autores e obras-chave, dentre os quais se destacam: Karl Marx (1999), com "O Capital"; Heleieth Saffioti (1976), com "A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade"; Silvia Federici (2017), com "Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva"; Ana Silvia Scott (2012), com "A reprodução das relações de produção"; e Henri Lefebvre (1973), com "O caleidoscópio dos arranjos familiares".

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os indícios que levaram o trabalho feminino à invisibilidade social e as dificuldades de inserção das mulheres no mundo do trabalho, bem como a ascensão do capitalismo no século XX, nos revela como as estruturas de poder e as relações de gênero se entrelaçam, contribuindo para a manutenção de práticas discriminatórias e excludentes. A manifestação da misoginia impera não apenas no comportamento do homem, como um ser individual, mas na sociedade, inclusive na formulação de grande parte das políticas públicas que frequentemente ignoram seus direitos e suas necessidades, dentro e fora do ambiente de trabalho.

Esses indícios se tornam ainda mais evidentes quando se considera a diversidade de postos de trabalho ocupados por mulheres, muitas vezes em setores informais ou de baixos salários, que não apenas subestimam suas capacidades, mas também reforçam estereótipos de gênero. A instrumentalização das mulheres como moeda barata no mercado de trabalho resulta na sua marginalização e na perpetuação de desigualdades de gênero, dificultando a conquista de condições dignas.

Historicamente, embora invisibilizado, o trabalho feminino é essencial para a reprodução da força de trabalho. Por anos, as mulheres foram relegadas a funções de apoio e de cuidado, à condição de subalternidade, resultando em um ciclo de desvalorização que sustenta o capitalismo contemporâneo.

Por fim, ao analisar os indícios que tornam a mulher uma reles reprodutora dentro da lógica

Esta obra está licenciada sob
uma Licença *Creative Commons*

ISSN: 3085-6612

do capitalismo, está sustentada pelas práticas inspiradas no fordismo e no taylorismo. Diante disso percebe-se que é preciso romper com esse ciclo vicioso que reduz a figura feminina e ignora suas múltiplas dimensões como trabalhadora, mãe, esposa e cidadã. Infelizmente, são os interesses que movem e implementam as políticas, que de certa forma se relacionam com os padrões de acumulação vigente. Portanto, é imperativo que se promova uma valorização genuína da força de trabalho feminina, integrando suas vozes e experiências nas discussões sobre políticas que garantam igualdade, respeito e dignidade no ambiente de trabalho e em sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovani. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. **Educação & Sociedade**. Campinas; v.25, n.87, p. 335 –351, maio/agosto, 2004.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Difel-Difusão Europeia do Livro,1960.

BENHABIB, Seyla. CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERGUSON, Susan. **Women and Work: Feminism, Labour, and Social Reproduction**. London: Pluto Press, 2019.

FRASER, Nancy. "Contradictions of Capital and Care". **New Left Review**, n. 100, 2016.

GONÇALVES, Renata. O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 27, p. 119–131, 2011. DOI: 10.23925/ls. v0i27.18737.

HIRATA, Helena. **A nova divisão sexual do trabalho? um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A reprodução das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

MARX, K. O capital. crítica da economia política. Livro I, II Vol. I e II. Ed. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1988.

MARX, Karl. **O Capital: livro I**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

PERROT, Michelle**. Minha história das mulheres.** Tradução de Viviane de Oliveira. São Paulo: Contexto, 2007.

Esta obra está licenciada sob
uma Licença *Creative Commons*

ISSN: 3085-6612

PERROT, Michele. **Os excluídos da história**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PIOVESAN, Armando e TEMPORINI, **Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública**. Revista de Saúde Pública, v. 29, n. 4, p. 318-25, 1995 Tradução. Acesso em: 05 abr. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes:** Mito e Realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 15-42.

SCHWARTZ, Yves. (2011). Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trabalho, Educação e Saúde**, 9(1). Recuperado a partir de http://www.scielo.br/pdf/tes/ v9s1/02.pdf

TEIXEIRA, Camila Maria. As Mulheres no Mundo do Trabalho: Ação das Mulheres, no Setor Fabril, para a Ocupação e Democratização dos Espaços Público e Privado. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 237-244, 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000200012.

SOBRE OS AUTORES

ADEMÍ EDUARDO SANTA ROSA

Mestrando em Educação Profissional no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional - PPGEP, no Instituto Federal do Rio Grande do Norte.

E-mail: ademi.rosa@escolar.ifrn.edu.br

FRANCINAIDE DE LIMA SILVA NASCIMENTO

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

E-mail: francinaide.silva@escolar.ifrn.edu.br

NATÁLIA CONCEIÇÃO SILVA BARROS CAVALCANTI

Coorientadora – Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

E-mail: natibarros1@yahoo.com.br

Recebido em: 16/07/2025

Aceito em: 24/07/2025

Esta obra está licenciada sob uma Licença *Creative Commons*